

CNU

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA



CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS E DISCURSIVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1** Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo/área/especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e no seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira, também, o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva (uma questão e uma dissertação), acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados relativos ao cargo/área/especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2** Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3** Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4** Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo da prova discursiva.
- 5** Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos da prova discursiva.
- 6** Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 7** A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

TURNO: MANHÃ



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB
Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA P₁

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Julgue o item a seguir, relacionado ao sistema operacional Windows 7.

- 1 Por meio do Windows 7 é possível disponibilizar para acesso remoto todo o conteúdo do Windows Media Player 12 armazenado em um computador, desde que esse computador esteja conectado à mesma rede local, com ou sem fio.

Acerca do ambiente Microsoft Office 2010, julgue o próximo item.

- 2 No Word 2010, por meio do recurso de compartilhamento de documento, diferentes usuários podem editar um mesmo documento, ao mesmo tempo, mantendo a sincronia das alterações efetuadas.

Julgue o item seguinte, a respeito de Internet e *intranet*.

- 3 O SafeSearch é um recurso configurável do Google para impedir que sejam listados, como resultado da pesquisa, *links* de sítios suspeitos.

A respeito da organização de arquivos e pastas, julgue o item subsequente.

- 4 A compactação de arquivos nem sempre apresenta resultados expressivos, embora normalmente resulte em otimização do espaço de armazenamento de arquivos.

A China tem investido US\$ 250 bilhões por ano no que economistas chamam de capital humano. Assim como os Estados Unidos da América (EUA) ajudaram a construir uma classe média no final dos anos 40 e início dos anos 50 do século passado, usando um programa para educar veteranos da segunda guerra mundial, o governo chinês emprega recursos para educar milhões de jovens que se mudam das áreas rurais para as cidades. O objetivo disso é transformar o sistema atual, em que uma elite minúscula, altamente educada, supervisiona vastos exércitos de trabalhadores rurais e de operários de fábricas pouco qualificados.

O Globo, 18/1/2013, p. 30 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, e considerando a crescente importância da China no cenário global contemporâneo, julgue os itens de 5 a 8.

- 5 A experiência chinesa de modernização econômica acompanha, em larga medida, situações vividas por muitos outros países no mundo contemporâneo, em que a industrialização provoca a urbanização da sociedade, o que explica o esforço empreendido pelo país para qualificar, via educação, os milhões de jovens trabalhadores egressos do campo.
- 6 Em sua arrancada para promover o desenvolvimento econômico, a China demonstra ter compreendido uma das exigências centrais da atual economia globalizada, qual seja, o domínio do conhecimento como condição essencial para bem situar-se em um cenário econômico altamente competitivo e impulsionado por incessantes inovações tecnológicas.

- 7 A aposta chinesa na universalização educacional denota outro aspecto marcante da transformação econômica vivida por esse país asiático na atualidade: a abertura da economia, incluindo a presença significativa de capitais privados externos, se faz acompanhar da indispensável abertura política, mediante a identificação de seu regime de governo com os padrões ocidentais de democracia.

- 8 Com peso cada vez maior no mercado global, a China, por ser detentora de enorme população — que produz e consome — e de todos os recursos naturais de que necessita para sustentar seu desenvolvimento, tem sido constantemente acusada de protecionismo, buscando exportar e praticamente nada importar.

Com relação à ética no serviço público, julgue os itens a seguir.

- 9 O servidor público que, ao constatar falta ética de seu colega de trabalho, deixe de representar contra a referida pessoa não deverá ser apenado, pois a delação no serviço público tem caráter discricionário.
- 10 Se um servidor for desviado de função por sua chefia imediata, em virtude de necessidade particular do trabalho, ele deverá cumprir suas novas atribuições, pois é seu dever ético.
- 11 Quando as decisões morais são baseadas nos padrões de equidade, justiça e imparcialidade, a ética pode diferenciar substantivamente as pessoas em relação às suas características particulares, mediante a explicitação clara de regras de conduta.
- 12 No intuito de solucionar o problema de um cidadão, o servidor público pode criar mecanismos para evitar a morosidade da burocracia organizacional, inclusive desconsiderando, caso seja necessário, as regras hierárquicas que possam impedir a fluidez do trabalho.

No que concerne ao Plenário do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), julgue o item a seguir com base no Regimento Interno desse conselho.

- 13 O quórum para que o Plenário do CNJ se reúna validamente é de nove conselheiros ou três quintos de seus integrantes.

Com relação às disposições regimentais aplicáveis ao conselheiro relator no âmbito do CNJ, julgue os itens subsequentes.

- 14 O conselheiro relator pode, a qualquer momento, propor conciliação às partes envolvidas em procedimento de controle administrativo.
- 15 A colheita de provas indispensáveis à instrução processual é competência privativa do conselheiro relator, não sendo, portanto, suscetível de delegação.
- 16 Compete ao conselheiro relator determinar o arquivamento liminar do processo em que for deduzida pretensão manifestamente improcedente.

Acerca das funções do corregedor nacional de justiça, julgue os itens seguintes, conforme o Regimento Interno do CNJ.

- 17 Não se admite a intimação por via eletrônica das decisões do corregedor nacional de justiça.
- 18 A requisição de magistrados pelo corregedor nacional de justiça não deve exceder ao limite de dois anos, podendo haver uma única prorrogação.

Com base no Regimento Interno do CNJ, julgue os itens a seguir, relativos à distribuição de processos.

- 19 As representações por excesso de prazo serão necessariamente distribuídas ao corregedor nacional de justiça.
- 20 Não há revisor nos processos submetidos ao CNJ.
- 21 No âmbito do CNJ, a distribuição de processos é realizada aleatória e alternadamente, por meio de procedimento automático e sigiloso.
- 22 À exceção do presidente e do corregedor nacional de justiça, os processos destinados ao CNJ devem ser distribuídos a todos os conselheiros, mesmo àqueles que estejam ausentes ou licenciados do CNJ por até trinta dias.

Acerca dos recursos administrativos no CNJ, julgue o próximo item.

- 23 Da decisão interlocutória proferida pelo conselheiro relator, que indefira medida acauteladora requerida liminarmente, caberá recurso administrativo ao plenário do CNJ.

A respeito das sessões do CNJ, julgue os itens que se seguem.

- 24 Vencido o relator, ficará incumbido da redação do acórdão o autor do primeiro voto vencedor.
- 25 Nas sessões de julgamento de um processo, depois de proferido o relatório sucintamente pelo conselheiro relator, é oportunizada sustentação oral ao interessado ou ao seu advogado e, somente após essa sustentação, é dada novamente a palavra ao relator para que apresente a conclusão do seu voto.

LÍNGUA PORTUGUESA

1 A discriminação, como um componente indissociável
do relacionamento entre os seres humanos, reveste-se
inegavelmente de uma roupagem competitiva. Afinal,
4 discriminar nada mais é do que tentar reduzir as perspectivas
de uns em benefício de outros. Quanto mais intensa a
discriminação e mais poderosos os mecanismos inerciais que
7 impedem o seu combate, mais ampla é a clivagem entre
discriminador e discriminado. Dessa lógica resulta,
inevitavelmente, que aos esforços de uns em prol da
10 concretização da igualdade se contraponham os interesses de
outros na manutenção do *status quo*. É crucial, pois, que as
ações afirmativas, mecanismo jurídico concebido com vistas a
13 quebrar essa dinâmica perversa, sofram o influxo dessas forças
contrapostas e atraíam considerável resistência, sobretudo da
parte dos que historicamente se beneficiaram da exclusão dos
16 grupos socialmente fragilizados.

Ao Estado cabe, assim, a opção entre duas posturas
distintas: manter-se firme na posição de neutralidade e permitir
19 a total subjugação dos grupos sociais desprovidos de voz, de
força política e de meios de fazer valerem os seus direitos; ou,
ao contrário, atuar ativamente para mitigar as desigualdades
22 sociais, cujo público-alvo é precisamente as minorias raciais,
étnicas, sexuais e nacionais.

Joaquim Barbosa B. Gomes. As ações afirmativas e os processos de promoção da igualdade efetiva. In: AJUFE (Org.). Seminário internacional: as minorias e o direito. 1.ª ed. 2003, p. 91-2 (com adaptações).

Com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os próximos itens.

- 26 De acordo com o autor do texto, a imparcialidade do Estado em relação à discriminação de grupos minoritários é condição essencial para a redução das desigualdades sociais.
- 27 Sem prejuízo para a coerência e a correção gramatical, os dois primeiros períodos do texto poderiam ser condensados no seguinte período: A discriminação, elemento indissociável do relacionamento entre seres humanos, reveste-se inequivocamente de uma roupagem competitiva, porquanto corresponde a uma tentativa de se reduzirem as perspectivas de uns em benefício de outros.
- 28 Sem prejuízo das ideias do texto, as palavras “clivagem” (l.7) e “influxo” (l.13) poderiam ser substituídas, respectivamente, por **rivalidade** e **ataque**.
- 29 A expressão “essa dinâmica perversa” (l.13) está empregada em referência à “lógica” (l.8) que se revela no trecho “Quanto mais intensa a discriminação e mais poderosos os mecanismos inerciais que impedem o seu combate, mais ampla é a clivagem entre discriminador e discriminado” (l.5-8).

1 Um dos maiores méritos da sabedoria grega consistiu,
justamente, em apresentar a moderação, ou bom senso, como
a virtude suprema. No frontispício do templo de Apolo, em
4 Delfos, uma das inscrições célebres era: nada em excesso.
Aquele que exerce seu direito sem moderação acaba por
perdê-lo. Do mesmo modo, a exigência excessiva por um mal
7 sofrido transforma o exercício do direito em uma manifestação
de vingança pura e simples. Nesse caso, a justiça muda de lado:
ela se desloca para o lado do adversário. De acordo com a
10 tradição da *jurisprudencia* romana, a advertência de Cícero
manifesta exatamente esse sentido. Com frequência, disse ele,
há ocasiões em que os atos que nos parecem os mais dignos de
13 um homem justo transmudam-se no seu contrário. É o caso, por
exemplo, do dever de respeitar a promessa feita, ou de cumprir
o contratado. Se a prática do ato devido prejudica o devedor,
16 sem nenhum proveito para o credor, o não cumprimento da
palavra dada é plenamente justificado, pois a justiça nos obriga
a dar sempre preferência ao bem sobre o mal.

19 Tudo isso, na verdade, decorre do fato de que a
virtude da justiça tende sempre a alcançar certo estado de
equilíbrio, longe de todo excesso. Não por outra razão a deusa
22 Tétis foi representada, no imaginário grego, portando uma
balança. A realização da justiça pressupõe, necessariamente,
um constante sopeso de valores.

Fábio Konder Comparato. *Ética: direito, moral e religião no mundo moderno*.
São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 528-9 (com adaptações).

Considerando as ideias e os aspectos linguísticos do texto acima,
julgue os itens seguintes.

- 30 Pelos sentidos do texto, infere-se que a expressão “todo
excesso” (l.21) é empregada para caracterizar qualquer forma
imoderada de agir.
- 31 O trecho “apresentar a moderação, ou bom senso, como a
virtude suprema” (l.2-3) poderia ser corretamente reescrito,
sem prejuízo do sentido do texto, da seguinte forma: apresentar
a moderação, ou seja, o bom senso, como a virtude suprema;
assim como o segmento “dever de respeitar a promessa feita,
ou de cumprir o contratado” (l.14-15) poderia ser corretamente
reescrito da seguinte maneira: dever de respeitar a promessa
feita, isto é, de cumprir o contratado.
- 32 O termo “devido” (l.15) está empregado, no texto, com o
sentido de **merecido, justo**.

1 Como afirma Foucault, a verdade jurídica é uma
relação construída a partir de um paradigma de poder social
que manipula o instrumental legal, de um poder-saber que
4 estrutura discursos de dominação. Assim, não basta proteger
o cidadão do poder com o simples contraditório processual e
a ampla defesa, abstratamente assegurados na Constituição.
7 Deve haver um tratamento crítico e uma posição política sobre
o discurso jurídico, com a possibilidade de revelar possíveis
contradições e complexidades das tábuas de valor que orientam
10 o direito.

Ora, o conceito de justiça é o de um discurso
construído dentro de uma instância de poder, e construído
13 dentro de uma processualidade. Segundo Lyotard, não existe
um discurso *a priori* correto ou verídico, mas narrativas
entrecruzantes em busca de verdades parciais, históricas. O
16 discurso sobre a justiça não pode ser diferente. Ele há de ser
plurissignificativo, embasado em valores diversificados,
mutáveis, conhecidos retoricamente, e não no fechamento
19 kantiano, platônico e cartesiano dos sentidos prévios,
imutáveis, unissignificativos do que seja o justo.

Somente o processo isocrítico e com estruturação em
22 um paradigma democrático-constitucional de fiscalização
constante das premissas discursivas pode levar a um processo
justo e a um direito justo em algum sentido.

25 Dessa forma, justiça é a busca da processualidade para
que os agentes participes do processo e, *latu sensu*, toda a
sociedade possam participar e controlar a institucionalização
28 do justo.

Newton de Oliveira Lima. *Um valor discursivo e político*. In: *Revista
Jus Vigilantibus*. Internet: <<http://jusvi.com>> (com adaptações).

Com relação aos sentidos e a aspectos linguísticos do texto acima,
julgue os itens que se seguem.

- 33 Segundo o autor do texto, para que haja justiça, é necessário o
controle sistemático dos processos judiciais pelos agentes
públicos.
- 34 A mesma regra de acentuação gráfica, justifica o emprego de
acento gráfico nas palavras “construída” e “possíveis”.
- 35 As orações “que manipula o instrumental legal” (l.3) e “que
estrutura discursos de dominação” (l.3-4) têm sentido
restritivo, isto é, especificam os termos a que se referem —
“poder social” (l.2) e “poder-saber” (l.3), respectivamente.
- 36 Infere-se da leitura do texto que o contraditório e a ampla
defesa protegem o cidadão de forma simples e prática.

Ofício GC/EAS n.º 265

Brasília, 15 de janeiro de 2013.

À Senhora
Fulana de Tal
Secretária de Gestão de Pessoas
Setor de Autarquias Sul
70000-000 — Brasília, DF

Assunto: **Certificados de especialização**

Senhora Secretária,

Em resposta ao Ofício n.º 005/2012/SGP, de 30/11/2012, encaminhamos os Certificados de Especialização em Direito Público, bem como a relação dos servidores dessa Instituição que se matricularam no referido curso, mas não o concluíram.

Atenciosamente,



José Sicrano

Gerente de Capacitação

Escola de Aperfeiçoamento de Servidores

Para que o ofício hipotético acima esteja de acordo com os padrões estabelecidos no **Manual de Redação da Presidência da República**,

- 37** o nome do órgão em que trabalha a pessoa que subscreve o documento deve ser retirado do espaço destinado à identificação do signatário, permanecendo, nesse espaço, apenas o nome e o cargo de quem assina o expediente.
- 38** a identificação do tipo e do número do expediente deve ser alterada para: Ofício n.º 265/2013/GC-EAS.

Nos itens seguintes, são apresentadas propostas de trechos de correspondências oficiais. Julgue-os quanto à correção gramatical e à adequação às normas de redação oficial.

- 39** Dadas a funcionalidade, a relevância e as características gerais do *software* de registro de ocorrências via Web, manifestamos o interesse desta instituição em implementá-lo.
- 40** No que pertine aos problemas tratados na reunião hora em comento, informamos que as providências necessárias já foram tomadas.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Acerca dos aspectos estruturais e organizacionais da administração pública, julgue os itens a seguir.

- 41** A mudança cultural nas organizações públicas é um processo contínuo e paulatino, pois há aspectos objetivos e subjetivos da cultura que sofrem transformações e demandam tempo para sedimentação nas mentes das pessoas e nas práticas sociais.
- 42** Empreender, para o governo, significa mobilizar competências individuais e organizacionais para provocar inovações e mudanças tecnológicas nos sistemas informatizados nos modelos de gestão exceto nas políticas públicas.
- 43** A busca pela eficiência, eficácia e efetividade é um exemplo de como as gestões pública e privada convergem em termos de filosofia de gestão e prestação de serviços na atualidade.
- 44** Um dos exemplos de motivadores das transformações dos modelos organizacionais e de gestão pública foi a crise da eficiência do Estado brasileiro, nas décadas de 70, 80 e 90 do século XX.
- 45** Os princípios da organização racional do trabalho foram decisivos para a incorporação dos aspectos humanos e sociais nos formatos organizacionais da administração pública moderna.

Em relação a gestão de organizações e de serviços públicos, julgue os itens subsequentes.

- 46** Mapeamento, redesenho e registro de processos organizacionais mais inteligentes e modernos têm sido a base para a implantação de novas tecnologias de informação e comunicação nas organizações públicas.
- 47** O estabelecimento de metas organizacionais nas diversas organizações do Estado brasileiro tem feito que novas formas de remuneração de servidores públicos surjam como alternativas gerenciais.
- 48** A mensuração da qualidade do serviço público deve incorporar a noção de mudança e melhoria na condição da sociedade para que se configure a prestação do serviço de fato.
- 49** Serviços públicos devem ser gerenciados e ofertados conforme o princípio da coprodução, segundo o qual os cidadãos se envolvem e participam da construção de excelência e qualidade desses serviços.
- 50** O nível estratégico da gestão de projetos revela o modo como a maturidade organizacional é monitorada pelos dirigentes.